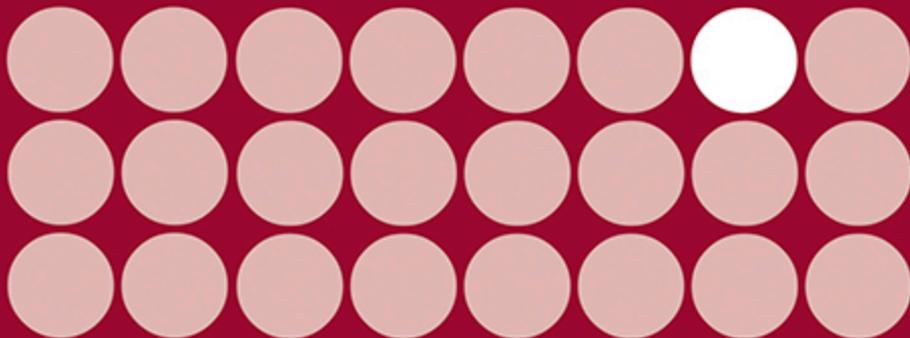


# Juízes e Rute

Introdução  
e comentário

Artur E. Cundall  
Leon Morris



·SÉRIE CULTURA BÍBLICA·  VIDA NOVA

## CONTEÚDO

Prefácio do Autor .....	13
Abreviaturas Principais .....	15
Bibliografia Seleccionada .....	16
Introdução .....	17
Título e Lugar no Cânon .....	17
Composição, Estrutura e Data .....	20
Limites Históricos e Cronologia do Período .....	30
A Arqueologia e o Período dos Juízes .....	34
Importância do Livro de Juízes .....	36
O Texto Hebraico e a Septuaginta .....	48
Análise .....	49
Comentário .....	51
Mapas	
Israel na Época dos Juízes .....	203
As Doze Tribos e os Vizinhos de Israel .....	204



## PREFÁCIO DO AUTOR

Poucos períodos na história de Israel, tão cheia de acontecimentos, são tão importantes como o período dos juízes. Durante estes séculos, a nação enveredou por senda tortuosa que a levou à queda, e quase à destruição. A apostasia das gerações posteriores tem sua origem nos primeiros anos do estabelecimento em Canaã, havendo uma clara linha divisória entre a época quando a nação inclinou-se, pela primeira vez, perante Baal, e a época negra quando o templo de Jerusalém foi profanado com todos os adornos do culto de Baal, inclusive as prostitutas cultuais (2 Rs 23:4-7). Há muita coisa em Juízes que entristece o coração do leitor; provavelmente, nenhum outro livro da Bíblia testemunha tão claramente a nossa fragilidade humana. Contudo, há nele, também, sinais inegáveis da compaixão divina, da paciência de Deus. Pode acontecer que o leitor moderno de Juízes ouça a voz de advertência do Espírito: “*não* é este o caminho, *não* andeis nele.” Ou, ao considerar-se as vidas desses libertadores “menos-que-salvadores”, poderá perceber-se a necessidade, em nossa época, de um grande Salvador, de vida irrepreensível, capaz de efetuar um livramento perfeito, não temporal apenas, mas eterno.

Estou cômico das limitações deste comentário, especialmente da necessidade de brevidade, a qual nos induziu à extrema simplificação de alguns dos problemas; contudo, espero confiantemente que o estudante amadurecido não seja induzido a erro, mesmo quando a discussão de alguns pontos técnicos tiver sido abreviada. Fez-se um grande esforço no sentido de inserir a história e a religião desse período no contexto bem amplo da revelação bíblica. Muitos estudiosos da Bíblia recuam diante da imensidão do Velho Testamento, o qual inclui 39 livros, escritos ao longo de 1.500 anos, envolvendo tantas outras nações, além de Israel. Entretanto, há ricas recompensas à disposição daqueles que se esforçam no sentido de descer aos detalhes da revelação histórica. Os livros até então guardados como tesouros brilharão

com nova luz; a própria Bíblia terá nova vida, de maneira diferente. Aliás, o estudo do livro de Juízes requer o uso de um bom atlas bíblico.

Sou profundamente agradecido ao Professor D. J. Wiseman por suas numerosas e úteis sugestões, as quais incorporei ao texto, e também aos editores, por seu encorajamento e ajuda em todo o tempo. Finalmente, gostaria de reconhecer o ânimo e a ajuda contínuos, da parte de minha esposa, a começar pela datilografia do manuscrito.

*Arthur E. Cundall*

## ABREVIATURAS PRINCIPAIS

Albright	<i>Archaeology of Palestine</i> , W. F. Albright (Pelican, 1960).
AV	Versão Autorizada (King James), em inglês.
Bruce	ver <i>NCB</i> , abaixo
Burney	<i>The Book of Judges</i> , C. F. Burney (Rivingtons, 1920).
DOTT	<i>Documents from Old Testament Times</i> , ed. por D. W. Thomas (Nelson, 1958).
Driver	“Problems in Judges Newly Discussed”, G. R. Driver, <i>The Annual of Leeds University Oriental Society</i> , IV, 1962-3.
Heb.	Texto hebraico
IB	<i>Interpreter's Bible</i> , vol. 2 (Levítico-Samuel), (Nelson, 1953). Exegese de Juízes por Jacob M. Myers
JBL	<i>Journal of Biblical Literature</i>
JSS	<i>Journal of Semitic Studies</i>
LXX	Septuaginta, versão grega pré-cristã do Antigo Testamento
mg.	margem
Myers	ver <i>IB</i> , acima
NCB	<i>O Novo Comentário da Bíblia</i> , editado por F. Davidson, A. M. Stibbs e E. F. Kevan. Ed. em português por Edições Vida Nova. Comentário a Juízes da autoria de F. F. Bruce.
NDB	<i>O Novo Dicionário da Bíblia</i> , editado por J. D. Douglas e outros. Ed. em português por Edições Vida Nova.
Noth	<i>The History of Israel</i> , M. Noth (A. & C. Black, 1960).
RSV	American Revised Standard Version, 1952.
RV	English Revised Version, 1881.
VT	<i>Vetus Testamentum</i> .
ARA	Almeida, edição Revista e Atualizada.
ARC	Almeida, edição Revista e Corrigida.

## BIBLIOGRAFIA SELECIONADA

### I. COMENTÁRIOS

- F. F. Bruce, 'Judges' (*NBC*<sup>2</sup>) (I.V.F., 1954).  
C. F. Burney, *The Book of Judges*<sup>2</sup> (Rivingtons, 1920).  
G. A. Cooke, *The Book of Judges (The Cambridge Bible)* (Cambridge University Press, 1913).  
J. Garstang, *The Foundations of Bible History: Joshua, Judges* (Constable, 1913).  
C. F. Keil and F. Delitzsch, *Joshua, Judges and Ruth (Biblical Commentary on the Old Testament, Vol. IV)* (T. & T. Clarck, 1887).  
G. F. Moore, *A Critical and Exegetical Commentary on Judges*<sup>2</sup> (*International Critical Commentary*) (T. & T. Clarck, 1903).  
J. M. Myers, *The Book of Judges* (IB, Vol. 2) (Nelson, 1953).  
G. W. Thatcher, *Judges and Ruth (The Century Bible)* (Caxton Publishing Company, 1904).

### II. INTRODUÇÕES

- A. Weiser, *Introduction to the Old Testament* (Darton, Longman & Todd, 1961).  
E. J. Young, *An Introduction to the Old Testament* (Tyndale Press, 1960). Ed. Vida Nova (esgotado).

### III. PANO DE FUNDO HISTÓRICO

- J. Bright, *A History of Israel* (S.C.M. Press, 1960).  
R. K. Harrison, *A History of Old Testament Times* (Marshall, Morgan and Scott, 1957).  
M. Noth, *The History of Israel*<sup>2</sup> (A. & C. Black, 1960).

### IV. GERAL

- W. F. Albright, *Archaeology of Palestine* (Pelican, 1960). *The New Bible Dictionary* (I.V.F., 1962). Ed. Vida Nova.  
R. de Vaux, *Ancient Israel* (Darton, Longman & Todd, 1962).

## INTRODUÇÃO

### I — TÍTULO E LUGAR NO CÂNON

O livro de Juízes deriva seu título em português da expressão latina *Liber Judicum*, que por sua vez apóia-se na LXX *Kritai* (“juízes”). O título em hebraico é *šôp̄e fîm*. O título em português tende à má interpretação, visto que transmite a idéia de um grupo de homens cuja principal tarefa seria desempenhada na esfera legal, como árbitros nas disputas humanas. Mesmo uma leitura superficial de Juízes mostrará que, na verdade, esta era uma função subsidiária de seus personagens centrais. A chave para a conotação do termo em hebraico poderá ser encontrada em 2:16: “Suscitou o Senhor juízes, que os livraram da mão dos que os pilharam.” (ARC). Os juízes eram, primordialmente, “salvadores” ou “libertadores” de seu povo, contra seus inimigos. Em nenhuma parte do livro o substantivo *šôp̄e* é usado diretamente, a respeito de um indivíduo; contudo, a forma verbal associada é encontrada em conexão com Otniel (3:10), Débora (4:4), Tola (10:2), Jair (10:3), Jefté (12:7), Ibsã (12:8,9), Elom (12:11), Abdom (12:13,14) e Sansão (15:20; 16:31). Em 11:27, no contexto da opressão dos amonitas, o Senhor é descrito como um *šôp̄e*. Pode-se afirmar que este conceito forma o pano de fundo do livro: O Senhor é o *verdadeiro* Juiz de Seu povo; é Ele quem os entrega nas mãos de seus opressores; é Ele quem suscita libertadores do povo; é Seu Espírito, ao descer sobre os homens que os qualifica para suas tarefas (3:10; 6:34; 11:29; 14:6,19; 15:14).

Isto levanta uma questão de considerável importância. Estes homens exaltados para serem libertadores de seu povo caracterizavam-se por qualidades peculiares que eram, conforme se acreditava, a manifestação de uma dotação especial do Senhor. O povo podia reconhecer esta qualidade à medida que era revelada na vida e nas ações, sendo o livramento de Israel do domínio estrangeiro sua mais espetacular manifestação. Tal atitude não esteve confinada ao período

## JUÍZES

dos juízes. Saul exibia esta marca carismática (1 Sm 11:6), demonstrada abertamente ao libertar os cidadãos de Jabes-Gileade do domínio amonita. Davi recebeu esta unção (1 Sm 16:13) que explicava, em parte, suas grandes proezas, e seus sucessos nas batalhas, fatos não esquecidos pelas tribos do norte, quando o convidaram para ser seu rei (2 Sm 5:2). O estabelecimento da dinastia, em Judá, fez com que a evidência de qualidades carismáticas, em seus líderes, se tornasse menos significativa; contudo, em Israel, com suas inúmeras rebeliões bem sucedidas contra o monarca reinante, o exercício destas qualidades incomuns provavelmente continuou a ser um fator de aceitação, ou de rejeição, de um pretendente ao trono.

Entretanto, o heroísmo militar não era a única forma mediante a qual se revelava a dotação divina, visto que a sabedoria e o discernimento eram, igualmente, dons de Deus. Não há registro de façanhas militares de nenhum dos juízes menores (exceto Sangar, 3:31). É muito provável que se distinguiram dentre seus companheiros mediante qualidades mentais e morais. Possivelmente tornaram-se guardiães e intérpretes daquela parte da tradição mosaica, concernente a leis casuísticas, aplicando-a às disputas locais. Todavia, seria tolice tentar fazer uma distinção muito precisa entre os juízes militares e os pacíficos. Débora já estava empossada como juíza, concernente aos casos cotidianos de seus conterrâneos, quando foi convocada para liderar um exército, na libertação de seu povo da opressão cananita (4:4,5). Semelhantemente, Samuel, cuja posição de juiz e de profeta lembra-nos que o período dos juízes não se limita ao livro de Juízes, livrou a nação da opressão dos filisteus e agiu como um magistrado (1 Sm 7:3-14; cf. 7:15-17). Por outro lado, deve-se observar que temos informações insuficientes acerca dos juízes menores, o que nos impede de afirmar, dogmaticamente, que eram isentos das qualidades militares dos juízes que conhecemos melhor. Com efeito, lê-se de um deles, Tola, filho de Puá, que ele “se levantou, para livrar a Israel” (10:1 ARA). Note-se mais um fator: o sumo sacerdote, em virtude de sua posição no santuário central, poderia ser considerado um juiz, visto que o santuário era o lugar tradicional para o acerto de disputas, e era também o lugar procurado para obter-se a bênção de Deus, antes de uma campanha militar.

Assim, pois, o livro de Juízes deriva seu nome do termo usado para descrever as atividades de seus líderes. Tais homens (e a mulher Débora) possuíam qualidades extraordinárias de liderança, conside-

radas como sendo o resultado do Espírito de Deus habitando neles. A evidência mais espetacular desta possessão pelo Espírito e, portanto, a que deveria ser lembrada melhor pela posteridade, era o destrocamento do jugo do opressor. As outras qualidades assumiam importância maior quando as emergências nacionais amainavam; as pessoas que manifestavam tais dons eram respeitadas, e procuradas por todos que precisavam de aconselhamento ou de arbitragem. Conquanto haja paralelismos entre as funções dos juízes e as dos *suffetes* da Fenícia e de Cartago e, também, em escopo menor, entre os cônsules de Roma, o conceito da ação direta do Espírito de Deus sobre os homens fez com que esse grupo se tornasse único, na história antiga.

Na Bíblia em português o livro de Juízes seria classificado entre os livros históricos; contudo, na Bíblia hebraica está posicionado na segunda das três divisões: a Lei, os Profetas e os Escritos. Os Profetas dividem-se em Anteriores e Posteriores, com quatro livros em cada divisão. Juízes é o segundo livro dos Profetas Anteriores, vindo imediatamente depois de Josué. Deve-se observar cuidadosamente a implicação existente na inclusão de livros predominantemente históricos entre os Profetas, porque revela uma atitude fundamental dos historiadores israelitas. Eles não estavam meramente interessados em compilar um registro com autoridade divina sobre a história da nação; seu interesse era coligir as verdades religiosas que estavam implícitas nessa mesma história. Isto revela, por sua vez, o profundo senso da soberania de Deus, entre tais historiadores, para quem a mente e a vontade de Deus eram discerníveis através dos eventos históricos tanto quanto através das palavras de Seus servos, os profetas.

Uma opinião largamente sustentada hoje é que Juízes forma parte da “História Deuteronomica”, que inclui os livros de Deuteronômio, Josué, Juízes, Samuel e Reis.<sup>1</sup> Deve-se ponderar que as razões para a remoção de Deuteronômio de seu lugar tradicional no Pentateuco são de pouco peso; contudo, há alguma razão que justifica esta opinião. Deuteronômio contempla o passado, tanto quanto o futuro e, desse modo, conduz naturalmente ao período de estabelecimento na Terra Prometida. Além disso, a atitude dos editores responsáveis pela compilação e moldagem da história de Israel reflete muito claramente os princípios espirituais formulados no Deuteronômio. Tais princípios serão estudados ao analisarmos as partes relevantes do texto. Por ora,

---

<sup>1</sup> Cf. Noth, p. 42.

## JUÍZES

podemos anotar simplesmente que Juízes é parte do registro histórico oficial de Israel.

### II — COMPOSIÇÃO, ESTRUTURA E DATA

Uma leitura superficial de Juízes revela que ele é, principalmente, uma compilação de histórias independentes, a maior parte das quais gira em torno de uma pessoa. Isto se aplica, particularmente, à porção central, maior, do livro, isto é, 2:6-16:31, onde fica aparente que estas histórias foram cuidadosamente integradas numa estrutura que contém uma introdução editorial e um comentário. A seção que abre o livro, e a que o encerra, respectivamente 1:1-2:5 e 17:1-21:25, não se encaixam neste padrão, devendo ser consideradas em separado, formando, portanto, três divisões principais. Antes de dedicarmos atenção a cada seção, individualmente, observemos dois pontos importantes. Em primeiro lugar, mesmo a segunda seção do livro, que é a maior, é formada de eventos que foram selecionados. Se o editor tinha acesso, ou não, a uma fonte maior de informações históricas, é simples conjectura. Aquilo que foi preservado propicia uma visão das condições em épocas diferentes, e em diferentes partes do país, o que se torna claro quando se estuda a cronologia do período. Em segundo lugar, o período dos juízes só terminou com a ascensão de Saul ao trono. O capítulo 12 de 1 Samuel, que reitera os princípios do relacionamento de Deus com Israel, no período pré-monárquico, aplicando-os à nova situação, pode ser considerado como marco do fim de uma era. Um estudo completo da era dos juízes deve levar em consideração 1 Samuel 1-12, bem como o livro de Rute.

#### *a) O estabelecimento em Canaã (1:1-2:5)*

Nesta seção há numerosos incidentes ligados à conquista da terra, com o foco dirigido às tribos individuais. O papel desempenhado pelas tribos de Judá e Simeão, mais as tribos associadas, na conquista do sul, recebe atenção em 1:1-20; a captura de Betel pelas tribos de José é descrita em 1:22-26. A maior parte do resto do primeiro capítulo trata da natureza incompleta da conquista, fazendo-se um catálogo dos territórios não conquistados, em cada uma das porções tribais. A natureza fragmentária do registro induz à certeza de que temos,

aqui, seleções de uma narrativa do estabelecimento, que é independente do que está relatado no livro de Josué, tendo, portanto, grande valor.

Há paralelismos muito aproximados entre os dois registros, como, por ex.: Juízes 1:10-15, 20 (*cf.* Js 15:13-19); Juízes 1:21 (*cf.* Js 15:63); Juízes 1:27, 28 (*cf.* Js 17:11-13); Juízes 1:29 (*cf.* Js 16:10). As pequenas diferenças serão tratadas no comentário do texto. Parece que uma das principais diferenças é que no livro de Juízes se dá mais atenção às tribos individuais, em particular a Judá, enquanto em Josué a conquista é vista como a obra de tribos unidas sob um líder. A dificuldade não pode ser eliminada mediante a suposição de que Juízes 1 é a história dos estágios *posteriores* da conquista, após a morte de Josué, como pareceria lendo-se 1:1a. Esta interpretação complicaria o problema, ao invés de simplificá-lo, visto que os paralelismos com Josué são muito estreitos.

É possível, entretanto, magnificar as diferenças a ponto de considerar-se o relato de Juízes como um registro contraditório da conquista, como afirmam alguns eruditos. Esta opinião é ligada ocasionalmente à teoria da invasão combinada da terra, cabendo a maior responsabilidade às tribos de “Raquel”, havendo outros dois movimentos invasores vindo, respectivamente, do norte (tribos das “servas”) e do sul (tribos de “Léia”). Os eruditos que apóiam este conceito de uma invasão tríplice sugerem que em Juízes 1 existe um registro de infiltração e invasão de Judá pelo sul. Esta opinião desconsidera o fato, entretanto, de que embora nesta seção (1:1-36) o movimento parte do sul indo para o norte, mencionando sucessivamente Judá e Simeão, a casa de José, e finalmente, as tribos do norte, na seção em que se mencionam outra vez as façanhas de Judá e Simeão, o movimento, em geral, é do norte para o sul, iniciando-se em Jerusalém. Isto seria inexplicável se Judá e Simeão não houvessem entrado na terra junto com as demais tribos remanescentes e, *em seguida*, marchado para o sul a fim de possuir sua herança. Quando outras considerações se mantêm diante dos olhos, as diferenças entre os registros de Josué e de Juízes tornam-se menos significativas, e passam a ser entendidas como fatos complementares, e não contraditórios. Ei-los:

1. A atenção dada às tribos do sul, particularmente Judá, em Juízes 1:1-36, provavelmente indica que se trata de extrato de uma versão *sulista* da conquista, dando ênfase particular ao papel desempenhado pelos seus próprios membros.

## COMENTÁRIOS BÍBLICOS DA SÉRIE CULTURA BÍBLICA

Os comentários da Série Cultura Bíblica foram elaborados para ajudar o leitor a alcançar uma compreensão do real significado do texto bíblico.

A introdução de cada livro dá às questões de autoria e data um tratamento conciso, embora completo. Isso é de grande ajuda para o leitor, pois mostra não só o propósito de cada livro como as circunstâncias em que foi escrito. É também de inestimável valor para professores e estudantes que buscam informações sobre pontos-chaves, pois aí se vêem combinados o mais alto conhecimento e o mais profundo respeito com relação ao texto sagrado.

Veja a riqueza do tratamento que o texto bíblico recebe em cada comentário da Série Cultura Bíblica:

- Os comentários tomam cada livro e estabelecem as respectivas seções, além de destacar os temas principais.
- O texto é comentado versículo por versículo.
- São focalizados os problemas de interpretação.
- Em notas adicionais, as dificuldades específicas de cada texto são discutidas em profundidade.

O objetivo principal dos comentários é buscar o verdadeiro significado do texto da Bíblia, tornando sua mensagem plenamente compreensível.